



ÍNDICE

- 1 - PREÂMBULO
- 2 - OBJETO
- 3 - DO EDITAL
- 4 - DOS PREÇOS ESTIMADOS PELO SETOR DE COMPRAS.
- 5 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO
- 6 – DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 7 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇO
- 8 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 02 - “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”
- 9 - ENQUADRAMENTOS DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
- 10 - DA ABERTURA DA SESSÃO E DO PROCEDIMENTO
- 11 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO
- 12 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
- 13 - DOS RECURSOS
- 14 – ADJUDICAÇÃO
- 15 – DA HOMOLOGAÇÃO E DA ASSINATURA DO CONTRATO
- 16 - DA OBRIGAÇÃO DA VENCEDORA
- 17 - DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS
- 18 - DA RESCISÃO CONTRATUAL
- 19 - DO PRAZO DE FORNECIMENTO DOS BENS E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO
- 20 - DO PAGAMENTO
- 21 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 2848/2021.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2022

TIPO DE LICITAÇÃO: MELHOR OFERTA DE PREÇO.

1 – O Município de Trajano de Moraes RJ, Pessoa Jurídica de Direito Público, torna público, para conhecimento dos interessados, que, fará realizar licitação pública sob a modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MAIOR OFERTA DE PREÇO**, para os fins e nos termos e condições estipulados neste edital, devendo a proposta e documentação serem entregues **no dia 14 de junho de 2022**, às **10:00** horas, no sala de reuniões, na sede Administrativa do Poder Executivo, situado na Praça Waldemar Magalhães, 01, Centro – nesta cidade, com obediência ao disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/02, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelo decreto nº 3.693, de 20/12/2000, no Decreto Municipal nº 430/2013, de 02/09/2013, na **Lei Complementar nº 123, 14/12/06**, na Lei Municipal nº 838 de 28/06/2011, e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666,93 de 21/06/93, e demais alterações e legislações complementares

2 - DO OBJETO

2.1 – Contratação de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários, com exclusividade, necessários ao pagamento dos servidores municipais ativos, ou seja, qualquer pessoa que mantenha vínculo de remuneração com a Municipalidade, seja recebendo vencimento, salário, subsídio ou proventos, denominada, doravante para efeito deste instrumento, pelo período de 60 (sessenta) meses contados da data de assinatura do contrato, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência em anexo.

3 - DO EDITAL

3.1 - São partes integrantes do presente Edital, os seguintes documentos:

- Anexo I – Termo de Referência/Memorial descritivo/Projeto Básico;
- Anexo II – Proposta de preços/Valor de aceitabilidade;
- Anexo III – Minuta do Contrato;
- Anexo IV – Declaração Conjunta;
- Anexo V – Termo de Credenciamento;



■ Anexo VI – Modelo de Declaração de Qualificação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

3.2 - O Edital, seus anexos e demais informações estarão disponíveis para download no site da Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes (www.trajanodemoraes.rj.gov.br). Tel. Contato (22) 2564-2531 – Ramal 230. Email: licitatrajano@gmail.com;

4 - DA ESTIMATIVA

O valor global estimado para a presente licitação é de **R\$ 2.893.325,36 (dois milhões, oitocentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e cinco reais e trinta e seis centavos)**, conforme pesquisa de preços que foi feita pelo setor de compras que foi fixado como critério de aceitabilidade no processo licitatório em curso. Portando o critério de julgamento para este certame será o de **MAIOR OFERTA DE PREÇO**, a partir do valor acima citado.

5 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1 – Poderão participar do certame, no dia, hora e local estabelecidos neste edital, os interessados que:

5.1 – Empresas que estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente ao objeto desta licitação, devendo ser comprovado pelo ato constitutivo, estatuto ou contrato social.

5.2 - Comproven possuir os documentos necessários de habilitação previstos neste edital.

5.3- Será assegurada a participação no presente Pregão Presencial N° 15/2022, de Microempreendedor Individual – MEI, Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte EPP, conforme Lei Complementar 123/2006 e art. 48, I, da Lei Complementar n.º 147, de 07 de agosto de 2014, no dia, hora e local estabelecido neste edital, devidamente no ramo pertinente ao objeto e que satisfaça todas as exigências do presente edital.

5.4 – Entende-se por Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte aptas a participar do presente certame aquelas definidas no artigo 3º da Lei Complementar n° 123/2006 e que não se enquadrem em nenhuma das situações previstas no § 4º deste mesmo Artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.

5.5 – Entende-se por Microempreendedores individuais aptos a participar do presente certame aqueles definidos na Lei Complementar 128/08.



5.6 – Os Microempreendedores individuais, as Microempresas e as Empresas de Pequenos Portes doravante serão designadas respectivamente por MEI/ME/EPP.

5.7 - O MEI/ME/EPP deverá entregar fora de qualquer envelope a declaração de enquadramento (ANEXO VI).

5.8 - Não serão admitidas na licitação as empresas punidas, no âmbito da Administração Pública, com as sanções prescritas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

5.9 - Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

5.10 - Para tais efeitos entendem-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

5.11 – Não poderão participar mais de uma interessada sob o controle acionário de um mesmo Grupo de Pessoas Físicas ou Jurídicas;

5.12 - Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;

5.13– O procedimento para credenciamento será da seguinte forma:

a) Tratando-se de **representante legal**: cópia do estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na junta comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de pessoas Jurídicas, no caso de Microempreendedor Individual apresentar o documento de identidade com foto e o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.gov.br> no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura ou Termo de Credenciamento de acordo com **ANEXO V** estabelecido deste Edital.



b) Tratando-se de **procurador**: a procuração por instrumento público ou instrumento particular com firma reconhecida, da qual constem dentre outros poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhados do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

c) - Os interessados deverão entregar o Documento de Credenciamento (facultativo*);

d) - Os interessados deverão entregar a Declaração Conjunta, documento obrigatório - (Anexo IV);

e) - Os documentos acima mencionados e os envelopes de Proposta comercial e documentação de habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro Oficial, até às 10:00h (dez horas), havendo uma tolerância máxima de 15 (quinze) minutos. Não será admitido credenciamento dos licitantes após as 10:15 hs.

f) A não apresentação do credenciamento do representante presente, ausência do credenciado e/ou responsável legal e/ou não identificação da legitimidade do outorgante/responsável legal no credenciamento, não impede a participação da licitante no certame, porém, o impedirá de manifestar-se nas sessões de abertura dos envelopes de propostas, ofertar lances e habilitação.

g) A não apresentação da declaração conjunta prevista no presente instrumento convocatório conforme Anexo IV, impede a licitante de participação no certame nas fases subseqüentes de abertura dos envelopes de propostas e habilitação.

h) A apresentação da declaração conforme previsto no item 6.1.2 a) e b) e d), estando a licitante em desacordo com as exigências habilitatórias e sendo julgada inabilitada, incorrer-se-á em infração, estando sujeita as penalidades previstas em lei, salvo as licitantes declaradas microempresas ou empresas de pequeno porte quanto às exigências habilitatórias de sua regularidade fiscal e trabalhista.

i) Solicitamos que a **Declaração Conjunta** prevista no presente instrumento convocatório conforme **Anexo IV**, seja apresentada em conjunto com as seguintes certidões/cadastros em nome da licitante do seu sócio majoritário por força do artigo 12 da Lei Federal n.º 8.429/1992 a fim de agilizar as consultas a serem efetuadas pelo Pregoeiro nos seguintes sítios eletrônicos :



- I) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
- II) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantida pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- III) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantesinidoneos/>);
- IV) Para a consulta de licitantes pessoas jurídica poderá haver a substituição das consultas dos números I a III acima pela consulta consolidada de pessoa jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);
- V) A consulta aos cadastros é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação.
- j) - É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório das licitantes envolvidas;
- k) - Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório à presença da licitante ou de seu representante em todas as fases da licitação.
- l) - Poderá ser dispensado o reconhecimento de firma que é exigido no **Anexo V** quando a interessada que concedeu a outorga de poderes estiver presente na sessão.
- m) No horário, dia e local estabelecido neste Edital, as licitantes apresentarão as declarações citadas acima, no início da sessão e separado dos envelopes, o credenciamento dos seus respectivos representantes, somente 01 (um) por licitante, devidamente acompanhado de CÓPIA DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO.



6 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇO E DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.1 - A documentação para fins de participação no presente PREGÃO PRESENCIAL deverá ser apresentada em dois envelopes distintos, a saber:

6.2 - Envelope I - Proposta de Preços PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2022.

Nome da empresa ou pessoa física licitante

Objeto da Licitação

6.3 - Envelope II – Documentação de Habilitação PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO E MORAES PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2022

Nome da empresa ou pessoa física licitante

Objeto da Licitação

6.4 - Os envelopes, concernentes respectivamente, à Proposta de Preços e a documentação, deverão ser entregues devidamente lacrados, no dia, horário e local mencionados neste Edital.

7 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1 - A proposta deverá ser digitada e apresentada em papel timbrado fornecido pela Comissão Pregoeira ou com papel timbrado próprio da empresa, desde que os itens estejam em conformidade com o **Anexo II do item 3.1** relativo à Proposta de Preços, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, que dificultem o seu perfeito entendimento, e suas folhas deverão estar rubricadas e a última assinada pelo seu representante legal. Deverá constar ainda:

a) As folhas deverão estar carimbadas com CNPJ e com assinatura do representante legal.

b) O valor deverá ser expresso em algarismos, já incluindo todos os custos diretos e indiretos;

c) A proposta deverá atender as exigências do **Edital e do Termo de Referência**, sendo que, quaisquer inserções em desconformidade com esse, serão tidas e havidas como inexistentes aproveitando-se a proposta no que atender ao instrumento convocatório.

d) A validade da proposta não deverá ser inferior a **60(sessenta) dias**, contados a partir da data de sua apresentação.



e) Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta e caso persista o interesse da **Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes**, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

f) Na fase de classificação e conformidade, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

g) caso a licitante não aceite as correções, sua proposta comercial será desclassificada.

h) A simples apresentação da proposta implica que os preços ofertados incluem todos os custos e despesas, necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, impostos, materiais, equipamentos, serviços, encargos sociais, fiscais e trabalhistas, seguros, lucro, entrega dos itens além de quaisquer outros aqui não elencados e que atende a todas as características deste Edital e seus anexos inclusive quanto à qualidade, quantidades e prazos e validade da proposta comercial de no mínimo 60 dias presumida na forma da lei;

j) A proposta deverá ser em conformidade com o Termo de Referência, sendo obrigada a fornecer ou realizar serviços da forma exigida; os serviços além de quaisquer outros aqui não elencados e que atende a todas as características deste Edital e seus anexos inclusive quanto à qualidade, quantidades e prazos e validade da proposta comercial de no mínimo 60 dias presumida na forma da lei;

8 - DA HABILITAÇÃO

Para habilitar-se à presente licitação a interessada deverá apresentar a documentação abaixo, obedecido o disposto nos sub-itens **2.1**, deste edital:

8.1 - Habilitação Jurídica:

8.2 - Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;

8.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de



sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

8.4 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.5 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.6 - A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;

8.7 - ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembléia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

8.8 – Os documentos relacionados nas alíneas "9.2" a "9.7" deste subitem não precisarão constar do “envelope documentos de habilitação”, se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

8.9 - Regularidade Fiscal

8.1.1- Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), independente de validade;

8.1.2- Certificado de Regularidade perante o FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

8.1.3 - Certidão Unificada de Regularidade Fiscal RFB/PGFN, inclusive de contribuições previdenciárias (INSS) ou apresentar em separado as duas certidões: Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de negativa – CND, fornecida pelo INSS e Certidão de Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);



8.1.4 – Apresentação de Inscrição no cadastro de contribuinte Municipal (Comprovante de Inscrição ou Alvará) ou estadual (Comprovante de Inscrição, e de Situação Cadastral) se houver relativo à sede do concorrente, pertinente ou seu ramo de atividade e compatível com o objeto do contrato social, com finalidade de comprovação de inscrição nas respectivas fazendas, independente de validade;

8.1.5 – Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Estadual. Admiti-se que a regularidade junto a Fazenda Estadual seja demonstrada por meio de Certidão Negativa de Débitos ou por meio da Certidão Positiva de com efeito de Negativa, quando o crédito tributário encontrar-se suspenso, segundo o disposto no art. 206 do Código tributário Nacional;

8.1.6 – Apresentação de Certidão Negativa da Dívida Ativa com o Estado do domicílio ou da sede do Licitante ou certidão com restrições;

8.1.7. - Certidão Negativa para com a Fazenda Municipal no domicílio ou sede do licitante (CND - Tributos Municipais). Admiti-se que a regularidade junto a Fazenda Municipal seja demonstrada por meio de Certidão Negativa de Débitos ou por meio da Certidão Positiva de com efeito de Negativa, quando o crédito tributário encontrar-se suspenso, segundo o disposto no art. 206 do Código tributário Nacional;

8.1.8. – Apresentação de Certidão Negativa da Dívida Ativa com o Município do domicílio ou da Sede do Licitante ou certidão com restrições;

8.1.9 – Nas Licitações públicas a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela LEI COMPLEMENTAR Nº 155, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016;

8.2.1- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **cinco dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.2.2– No caso de Licitantes não sujeitos à inscrição junto às Fazendas Estadual e Municipal, estes deverão comprovar tal situação através de Certidão de Não-Contribuinte, emitida pelo órgão competente;

8.2.3 - A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções



previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.3 - REGULARIDADE TRABALHISTA

8.3.1 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. Admite-se a comprovação de Certidão Trabalhista comprovada por meio de Certidão positiva com efeito de negativa, com os mesmos efeitos da CNTD, segundo disposto no art. 642-A, § 2º da CLT.

8.3.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e **trabalhista**, será assegurado o **prazo de cinco dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.3.3 – Cópia da carteira de identidade de um dos sócios da empresa, devidamente autenticada;

8.4. - O MEI/ME/EPP deverá entregar fora de qualquer envelope à declaração de enquadramento (ANEXO VI).

8.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.5.1 - Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio de apresentação de atestado(s) expedido (s), necessariamente em nome da licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.5.2 – Declaração, **caso não possua agência própria na cidade**, comprometer-se, sob as penas da lei, instalar em Trajano de Moraes **um Posto de Atendimento Bancário (PAB)**, bem como um Caixa Eletrônico, em regime de exclusividade (conforme Anexo I – Termo de Referência deste Edital), no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura do contrato, ou em prazo maior se determinado pela Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes-RJ.



8.6 - Na falta de qualquer documento necessário à habilitação da licitante no envelope nº II, esta se tornará, automaticamente, inabilitada.

9 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

9.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição, caso seja adjudicatária deste certame, nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006;

9.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista (Lei Complementar N.º 155, de 27 de Outubro de 2016), será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

9.3 - A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 43§ 2º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10 – DA ABERTURA DA SESSÃO E DO PROCEDIMENTO

10.1 - Primeira Fase: Abertura da Sessão

10.2 - Na data, na hora e no local estabelecidos no preâmbulo deste Edital será aberta a sessão pública pelo (a)Pregoeiro (a), seguido de recebimento dos credenciamentos, da declaração de cumprimento dos requisitos da proposta de preços e de habilitação e dos envelopes de proposta de preços e de habilitação.

10.3 - Segunda Fase: Análise das Propostas de Preços e Lances Verbais:

10.4 -Terminada a fase de credenciamento, o (a) Pregoeiro(a) passará para a abertura dos envelopes de propostas de preços, verificando a conformidade das mesmas com as exigências estabelecidas neste Edital e classificando a(s) que apresentar(em) a(s) melhor(es) oferta(s) de preço(s) unitário(s) do item.



10.5. Somente serão classificadas as propostas de valor inicial mínimo de **R\$ 2.893.325,36 (dois milhões, oitocentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e cinco reais e trinta e seis centavos)**, que foi fixado como **VALOR MÍNIMO** de aceitabilidade conforme item 4 deste edital. e que atenderem as exigências desse edital, tais como: quantidade, prazo, validade da proposta, e outras mencionadas no item 6.1. O não cumprimento e omissões bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar ou impedir o julgamento acarretarão na inabilitação da proposta.

10.6. Como o julgamento será o de melhor oferta, o Pregoeiro selecionará dentre as proponentes classificadas a que apresentar a melhor oferta e aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e inferiores em até 10% (dez por cento) em relação a melhor oferta de repasse, para que seus representantes participem de lances verbais.

10.6. Quando não for possível obter-se, pelo menos três propostas escritas de preços, que atendam às condições do subitem anterior, serão classificadas as melhores propostas de preços subsequentes, até o máximo de três, a fim de que os representantes das licitantes que as apresentarem participem da etapa de lances verbais.

10.7. O (a) Pregoeiro(a) convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentarem lances verbais, a partir do autor da proposta classificada com menor valor unitário por item e os demais, em ordem crescente de valor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

10.8. Os lances verbais apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

10.9. A desistência da apresentação de lance verbal, quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), importará na perda do direito de apresentar novos lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante.

10.1.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até cinco por cento inferior a melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:



10.1.2 A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá no prazo de 05 (cinco) minutos, que se iniciará após a fase de lances, apresentar uma última oferta, necessariamente superior àquela apresentada pela primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

10.1.3. Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista no subitem 12.1.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

10.1.4. No caso de equivalências dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem.

10.1.5. Será realizado o sorteio, para a identificação daquela que primeiro apresentará a oferta;

10.1.6. O Pregoeiro irá averiguar os documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, para a aplicação do procedimento previsto no subitem 12.1.2.

10.1.7. Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 12.1.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originariamente vencedora do certame.

10.1.8. Não será admitida desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às sanções administrativas constantes deste Edital e seus anexos.

10.1.9 – O vencedor deverá efetuar o repasse do valor definitivo aos cofres da PMTM no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do contrato, em uma única parcela, em conta(s) corrente(s) que serão abertas na instituição vencedora, nos seus respectivos valores.

10.2 Terceira Fase: Habilitação

10.2.1. Encerrada a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) procederá à abertura dos invólucros contendo os documentos de habilitação da(s) licitante(s) que apresentou(aram) a(s) melhor(es) oferta de preços ou lances verbais, verificando a sua habilitação ou inabilitação.



10.2.2 - Constatado o atendimento das exigências editalícias, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto, após a indicação do valor unitário do item que compõe o objeto do certame, o que poderá ser demonstrado na própria sessão ou por meio de Planilha de Demonstrativa Final, diretamente ou dentro do prazo estipulado pelo (a) Pregoeiro (a) **caso não haja interposição de recursos.**

10.2.3 - Caso a licitante classificada em primeiro lugar seja inabilitada, o(a) Pregoeiro(a) examinará a habilitação das licitantes com as ofertas subsequentes e a qualificação destas, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital.

10.2.4 - Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.2.5 - A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 7º da Lei nº. 10.520/2002, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da nota de empenho, ou revogar a licitação.

11 – DO JULAMENTO DAS PROPOSTA DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO.

11.1- As propostas de preços serão classificadas conforme o critério de maior oferta de preço, apresentado em proposta ou lance verbal, sendo considerada vencedora a licitante que apresentar proposta/ofertar lance de melhor preço unitário do item licitado, e ainda, estiver com sua documentação válida, satisfazendo os termos deste Edital e de seus Anexos.

11.2 Os preços ofertados serão considerados pelo valor expresso em moeda corrente nacional.

11.3 - Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão os últimos.



11.4 - No caso de igualdade do preço ofertado entre duas ou mais propostas escritas, no mesmo item o(a) Pregoeiro(a) obrigatoriamente efetuará sorteio na própria sessão pública, da qual participarão apenas as empresas empatadas, para definição da ordem de lances verbais.

11.5 - A regra de sorteio também é válida quando houver empate entre duas ou mais propostas, no mesmo item e as licitantes não quiserem ofertar lances verbais.

11.6 - Ocorrendo a suspensão da sessão, será lavrada *ata circunstanciada* narrando todos os fatos, ficando em poder da Equipe de Apoio e do(a) Pregoeiro(a), todos os envelopes, devidamente rubricados e vistados pelos membros da Equipe, Pregoeiro(a) e licitantes presentes, até a resolução do ocorrido, oportunidade em que serão oficiadas às mesmas a data para prosseguimento do certame.

11.7 - Serão DESCLASSIFICADOS os lances finais, na inexistência de lances, as propostas escritas que apresentarem valor inferior ao valor mínimo aceitável, quando comparado ao valor mencionado no subitem 11.5.

11.8 - Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital;

11.9 - Não serão levadas em consideração, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens oferecidas na proposta de preços que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital e em seus Anexos.

11.1.1 - No julgamento dos documentos de habilitação, observar-se-ão as previsões legais e editalícias, sendo inabilitadas as empresas que apresentarem documentação fora do prazo de validade, ou deixarem de apresentar qualquer documento/requisitos de proposta de preços exigido neste Edital.

11.1.2 - Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pela licitante que a tiver formulado.

12 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1 - Até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente Pregão.

12.2 - Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.



12.3 – As impugnações devem ser protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes, situada na Praça Waldemar Magalhães, n.º 01 – Centro nesta cidade e dirigida ao Setor de Licitações, **sendo que não serão aceitas as impugnações enviadas por email.**

12.4 – O Pregoeiro na decisão de impugnação será auxiliado pela Procuradoria Geral ou Assessoria Jurídica específica, que emitirão pareceres em se tratando de questionamento do edital e cláusulas contratual,

12.5 – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

12.6 - As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, serão publicadas e divulgadas no site da Prefeitura Municipal no endereço eletrônico (**trajanodemoraes.rj.gov.br/licitacoes**), reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

13 - DOS RECURSOS

13.1- Os recursos somente serão recebidos após a Fase de Habilitação quando for(em) declarada(s) a(s) vencedora(s), momento em que, qualquer licitante, caso haja interesse, deverá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contra-razões, em igual número de dias, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos pelo Departamento de Licitações.

13.2- Para efeito de interposição recursal e das contra-razões, o limite máximo estabelecido será até às 16:00h do dia do vencimento do respectivo prazo na sala do setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes, os recursos devem ser protocolados no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes, situada na Avenida Waldemar Magalhães, 01 – Centro nesta cidade e dirigida ao Setor de Licitações.

13.3- O recurso tempestivamente interposto terá efeito suspensivo e deverá ser dirigido ao Departamento de Compras e Licitações, cabendo ao mesmo (a) apreciá-lo em até 03 (três) dias úteis, após o decurso do prazo para contra-razões.



13.4 - Os recursos serão dirigidos à (AUTORIDADE SUPERIOR). Reconsiderando ou não sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o Pregoeiro o recurso à (AUTORIDADE SUPERIOR), que a ratificará ou não, de forma fundamentada.

13.5- O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, inclusive em função do não credenciamento ou da falta de representante credenciado, importará na decadência do direito ao recurso em âmbito administrativo e conseqüente adjudicação do objeto da licitação.

13.7- Quando não interpuser as razões recursais dentro de prazo previsto, mesmo tendo a licitante manifestado imediata e motivadamente a intenção de recorrer durante a sessão, será considerado como precluso o direito ao recurso.

13.8- Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente superior irá *adjudicará e homologará* o objeto do certame à licitante vencedora.

13.9- Da sessão pública de realização do pregão (sessão de abertura ou de prosseguimento) será lavrada *ata circunstanciada*, assinada pelos representantes presentes, pelo(a) Pregoeiro(a), pela sua Equipe de apoio e pelo(s) técnico(s), caso tenha(m) participado da sessão.

14. ADJUDICAÇÃO

14.1- O objeto da presente licitação será (ão) adjudicado(s) ao(s) licitante(s) que, atendendo a todas as condições expressas neste Edital de Pregão e em seus anexos, for(em) declarada(s) vencedora(s) de acordo com os critérios de julgamento da(s) proposta(s), de documentação(ões) e de recurso(s), conforme itens 14 e 16.

14.2- O Pregoeiro, se não houver intenção de recurso, deve adjudicar o objeto ao licitante vencedor ou, quando for o caso, determinar o fracasso da licitação

14.3- O Pregoeiro encaminhar o processo à autoridade competente para homologação do procedimento.



14.4- Aplica-se aos contratos de serviços o disposto no Capítulo III, da Lei Federal nº 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores, no que couber.

14.5- A adjudicatária deverá comparecer ou por vias postal ou eletrônica (e-mail), sem assim for, a fim de agilizar os tramites de assinatura do Contrato, tendo em vista a pandemia da Covid-19, que assola o planeta, no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, contados da data da convocação para esse fim, sob pena de decair do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

14.6- Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

14.7- Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, *60 (sessenta) dias*, a contar da sessão de abertura, e caso persista o interesse da Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes, essa poderá solicitar prorrogação geral da referida validade, por igual período.

15- DA HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

15.1- Da Adjudicação e Homologação:

15.2- Homologado o resultado desta licitação a Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes convocará o proponente vencedor para a assinatura do Termo de Contrato ou outro instrumento hábil que vier a substituí-lo, na forma do art. 62, caput e § 4º da Lei nº 8.666/93.

15.3- Do Contrato:

15.4- A licitante deverá fazer-se representar por profissional devidamente habilitado, inclusive autorizado a firmar em seu nome o referido contrato. A efetivação do contrato dar-se-á nas dependências da Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes, participante ou não participante ou em local por ele indicado.

15.5- Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do instrumento contratual que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.



15.6- O edital, a(s) proposta(s) vencedora(s), as necessárias publicações e as *Atas Circunstanciadas* farão parte integrante do contrato ou instrumento hábil que vier a substituí-lo.

15.7 - A licitante vencedora deverá assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente em prazo a ser determinado pela Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes, não podendo ser superior a 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da convocação, ou ainda da forma do item 14.5.

15.8- prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

15.1.2- Não poderá contratar com a Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes:

a) Em se tratando de empresas que tenha sido punida com rescisão contratual que por deficiência dos serviços prestados, que por outro fato que tenha motivado a rescisão, por sua culpa, no transcorrer dos últimos 02 (dois) anos.

b) E vedada a contratação de empresa cujo proprietário, sócio, diretor ou gerente seja servidor público, municipal de Trajano de Moraes.

16 – DA OBRIGAÇÃO DA VENCEDORA.

16.1 - A licitante vencedora ficará obrigada a:

16.2 - Executar o objeto contratado com elevada qualidade e no prazo estipulado;

16.3 - Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto desta licitação, de acordo com as especificações determinadas neste Edital e em seus Anexos;

16.4 - Cumprir a Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente, e se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie decorrentes de ações ou omissões, culposas ou dolosas, que praticar;

16.5 - Pagar e recolher todos os impostos e demais encargos fiscais, bem como todos os encargos trabalhistas previdenciários, sociais e comerciais, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, que forem devidos em decorrência do objeto desta Licitação;



16.6 - Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

16.7 - Efetuar o pagamento do valor homologado na licitação, no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do contrato, em uma única parcela, em conta(s) corrente(s) que serão abertas na instituição vencedora, nos seus respectivos valores.

17- DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1 - Em conformidade com o estabelecido nos artigos 77, 78, 86, e 87 da Lei nº 8.666/93, a licitante vencedora que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente PREGÃO PRESENCIAL ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) por atraso injustificado no fornecimento dos materiais, superior a 10 (dez) dias: 1% (um por cento) sobre o valor global contratado, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;

b) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;

c) recusa do adjudicatário em assinar/receber o Contrato, dentro de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;

d) por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente. - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração:

d) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: até 01 (um) ano;

e) por recusa do adjudicatário em assinar/receber o Contrato, dentro de até 10 (dez) dias corridos da data da convocação: até 01 (um) ano;



f) por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato: até 02 (dois) anos.

17.2 - As multas serão cumulativas com as demais penalidades.

17.3- Os licitantes serão responsáveis por todas as informações prestadas na proposta de preço e na documentação exigida na fase de habilitação, sujeitando-se às penalidades legais, caso venha induzir a Pregoeiro e a equipe de apoio a erro no julgamento.

17.4 – Decaíra do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, na forma prevista no § 2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93;

17.5 – A Minuta do Contrato que acompanha esse instrumento convocatório menciona as sanções, multas e cláusulas das penalidades em caso de descobrimento das obrigações da contratada e da contratante, sujeitando-se a elas, caso venham assinar contrato com esta Municipalidade.

18 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

18.1 - Constituirão motivos para a rescisão do contrato, independente da conclusão do seu prazo:

- a) razões de interesse público, devidamente justificado;
- b) alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa contratada, e se for pessoa física, a sua situação financeira, que venha a prejudicar a execução do contrato;
- c) mudanças na legislação em vigor sobre licitações, impossibilitando a execução do presente contrato;
- d) descumprimento de qualquer cláusula contratual;
- e) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do acordado entre as partes;
- f) por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para o Município;

18.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a rescisão do instrumento com as consequências nele estabelecidas e as previstas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

19 – DO PRAZO PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS



19.1 O prazo de contratação dos serviços desta licitação será **de 60 (sessenta) meses** a contar da assinatura do contrato.

20 – DO PAGAMENTO

20.1 O pagamento do valor contratado será efetuado no prazo máximo de até **10 (dez) dias corridos**, contados da assinatura do contrato, em uma única parcela, em conta(s) bancaria(s) indicada(s) pelo ente contratante.

20.2 No pagamento realizado após a data de vencimento incidirá juros de 1% a cada dia de atraso.

21 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - Nenhuma indenização será devida às Licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à sua participação na presente licitação;

21.2 - O resultado desta Licitação será comunicado às Licitantes no local da reunião, no mesmo dia ou noutro previamente definido.

21.3 - A critério do pregoeiro, a sessão pública do pregão poderá ser suspensa por prazo indeterminado, para análise das propostas e documentos que as acompanham ou análise de amostras, quando solicitadas.

21.4 - Nesta hipótese, a nova data da sessão do pregão será divulgada a todos os licitantes, com a devida antecedência.

21.5 – O Departamento de Licitações e Contratos manifestará sobre os *esclarecimentos* ou *impugnações* no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. Quando se tratar de matérias relacionadas as especificações, a manifestação será auxiliada pelo setor requisitante da contratação. É de **inteira responsabilidade das licitantes interessadas**, participantes do certame (**inclusive de quem entrou com o pedido de esclarecimento ou impugnação**), o acesso para conhecimento das manifestações prestadas pelo pregoeiro.

21.6 – As dúvidas e pedidos de esclarecimentos poderão ser encaminhadas através do email **licitatrajano@gmail.com** ou diretamente no Departamento de compras e Licitações via protocolo. Não serão aceitos pedidos de impugnação por email somente via protocolo.



21.7 - Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes o direito de, no interesse da Administração, revogar a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, ou anulá-la por ilegalidade dando ciência aos participantes em despacho fundamentado, sem obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores);

21.8 – O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na proposta e documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam o resultado e a lisura da licitação, uma vez passíveis de serem sanadas;

21.9 - Independente de declaração expressa, a simples participação nessa licitação implica a aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo do direito de impugnar os seus termos o Licitante que, tendo-o aceito sem objeção, vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o possam dar por viciado;

21.1.1 – Quaisquer informações sobre o Edital, e seus anexos bem como os casos omissos e as dúvidas suscitadas, serão dirimidas diretamente ao Setor de Licitações e Contratos desta Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes, situada na Praça Waldemar Magalhães, n.º 01 - Centro – Trajano de Moraes - RJ, ou pelo telefone: (22) 2564-2531 – Ramal 230. **licitatrajano@gmail.com**

21.1.2 – Naquilo que o presente Edital não for suficiente, prevalecerá o que dita a Lei 8.666/93 e 10.520/2002, consolidada e demais legislações pertinentes e cabíveis. Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.**

21.1.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Trajano de Moraes, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais dúvidas ou conflitos inerentes à presente licitação e a adjudicação dela decorrente.

Trajano de Moraes, 01 de junho de 2022.

Carlos Antero Pires dos Santos
Pregoeiro